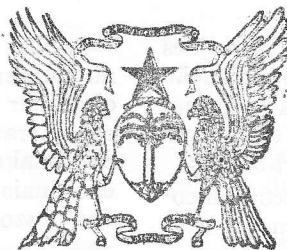


DIÁRIO DA



REPÚBLICA

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no DIÁRIO DA REPÚBLICA, a sua assinatura em falta de remessa, deve ser dirigida à Direcção de Gestão dos Recursos Humanos da Função Pública do Ministério da Justiça — Caixa Postal n.º 4 — S. Tomé.

No preço das assinaturas fora do País não está incluída a importância para o porte de correio.

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Leis n.ºs 1 e 2/99.

Resolução n.º 1/99.

Despacho n.º 1/99.

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 1/99.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

Direcção dos Serviços Administrativos e Consulares.

Ministério do Planeamento, Finanças e Cooperação

Direcção de Finanças.

Ministério da Educação e Cultura

Secretaria Geral.

Ministério das Infra-Estruturas, Recursos Naturais e Ambiente

Instituto Nacional de Meteorologia.

Ministério da Saúde

Despacho n.º 1/99.

Direcção do Plano, Administração e Finanças.

Direcção Geral da Comunicação Social

Gabinete da Comunicação Social.

Anúncios Judiciais e Outros

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 1/99

Tornando-se necessário criar um órgão com atribuições de consulta do Governo em relação aos programas

de desenvolvimento económico e social e diversas políticas sectoriais, e, ainda, de prosseguimento dos objectivos de Concertação Social entre o Governo, organizações de empregadores e trabalhadores;

Assim, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 86.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Criação e Natureza

1. O presente diploma cria o Conselho Nacional de Concertação Social.

2. O Conselho Nacional de Concertação Social é um órgão tripartido de que fazem parte representantes do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores, em número igual.

Artigo 2.º

Atribuições

O Conselho Nacional de Concertação Social tem atribuições de consulta do Governo em relação aos programas de desenvolvimento económico e social e às políticas sectoriais da educação, da formação profissional, do trabalho, do emprego e da segurança social, prosseguindo, ainda, objectivos de concertação social entre o Governo, organizações de empregadores e organizações de trabalhadores.

Artigo 3.º

Competências

1. Compete ao Conselho Nacional de Concertação Social, sem prejuízo de outras funções que a lei lhe cometa:

a) Emitir parecer sobre os programas de desenvolvimento económico e social bem como sobre os relatórios da respectiva execução;

b) Emitir parecer sobre os princípios e bases do sistema educativo, da formação profissional, do emprego, da segurança social, das condições e relações de trabalho, incluindo a segurança, higiene e saúde no trabalho e a protecção nos acidentes de trabalho e nas doenças profissionais;

c) Emitir parecer sobre os relatórios e informações referentes aos instrumentos normativos da Organização Internacional do Trabalho e sobre a participação anual na Conferência Internacional do Trabalho ou em outras reuniões da Organização Internacional do Trabalho;

d) Emitir parecer sobre outras questões económico-sociais que lhe forem submetidas pelo Governo;

e) Apreciar a evolução da situação económica e social do País, pelo menos no fim de cada trimestre;

f) Promover a concertação social entre o Governo, entidades empregadoras e trabalhadores.

2. O Conselho Nacional de Concertação Social é obrigatoriamente consultado pelo Governo em relação às seguintes matérias:

a) Projectos de legislação do trabalho que criem ou alterem as condições e relações de trabalho individuais;

b) Projectos de legislação relativos às associações sindicais, associações de empregadores, bem como sobre o exercício do direito à greve e o exercício do direito à negociação colectiva de trabalho;

c) Programas especiais de reestruturação de sectores de actividades económicas, financiados quer pelo Orçamento Geral do Estado, quer por organizações internacionais ou de programas de cooperação, sempre que tenham reflexos potenciais nos níveis de emprego ou nas condições de trabalho;

d) Programas de apoio técnico ou financeiro ao desenvolvimento do sistema educativo e da formação profissional.

3. No âmbito das funções de concertação social, compete ao Conselho Nacional de Concertação Social.

a) Celebrar acordos de concertação tripartida, mediante iniciativa de qualquer das partes;

b) Promover, a pedido de, pelo menos duas partes, a conciliação de conflitos colectivos de trabalho que estejam a afectar gravemente a actividade económica ou a prejudicar a satisfação de necessidades sociais básicas da população;

c) Propor recomendações quanto à evolução anual dos salários nos sectores produtivos público e privado, tendo em conta as necessidades de crescimento económico, aumento da competitividade e da produtividade, controlo de déficit público e da inflação e critérios de equidade social, defesa e promoção do emprego.

4. Ao Conselho Nacional de Concertação Social é reconhecido o direito de iniciativa as matérias consultivas próprias das suas atribuições, em termos a regulamentar por decisão do Conselho de Ministros, depois de ouvido o próprio Conselho.

5. O Conselho Nacional de Concertação Social aprovará o seu regulamento interno de funcionamento.

Artigo 4.º

Emissão de Parecer

1. O Conselho Nacional de Concertação Social deve emitir parecer sobre matéria da sua competência no prazo de 90 ou de 30 dias, consoante se trate, respectivamente, de pedido normal ou de pedido urgente. Em caso de justificada necessidade, o prazo mínimo de emissão de parecer pode ser reduzido a 15 dias.

2. Não sendo o parecer proferido nos prazos referidos no número anterior, poderá o Governo deliberar sem qualquer condicionamento sobre as matérias em causa, considerando-se extemporâneo, neste caso, o exercício eventual do direito de iniciativa sobre as matérias acerca das quais o Conselho não tenha emitido parecer dentro dos prazos legais.

3. A falta de audição do Conselho Nacional de Concertação Social nos casos previstos no n.º 2 do artigo 3.º determina vício de forma dos actos normativos respectivos.

4. A não arguição judicial do vício de forma no prazo de trinta dias a contar da publicação, deixa sanado o vício e torna válido todos os actos praticados.

Artigo 5.º

Composição

1. O Conselho Nacional de Concertação Social tem a seguinte composição:

a) Um presidente, que será o Primeiro-Ministro ou o membro do Governo em que aquele delegar estas funções;

b) Três membros do Governo, dois dos quais serão, de preferência, os responsáveis pelas áreas da economia e finanças e do trabalho, respectivamente;

c) Quatro representantes, a nível de direcção, das organizações de empregadores;

d) Quatro representantes, a nível de direcção, das organizações representativas de trabalhadores.

2. O Presidente pode convocar para participar em reuniões, outros membros do Governo com responsabilidade sobre áreas objecto de discussão, não tendo estes, porém, direito a voto se o número de membros do Governo for superior a quatro.

3. As organizações de empregadores e de trabalhadores devem designar quatro representantes efectivos e quatro suplentes, que substituirão aqueles nas suas ausências, impedimentos e perdas de mandato, salvo se, neste caso, for indicado novo representante efectivo.

Artigo 6.º

Mandato

1. A perda de mandato dos membros do Conselho Nacional de Concertação Social pode ocorrer por impedimento prolongado, por renúncia ou pela perda de qualidade em que se fundamente o artigo anterior.

2. A organização cujo o membro perdeu o mandato pode designar um novo membro efectivo sendo, substituído, na falta de designação, por um elemento suplente.

Artigo 7.º

Órgãos

O Conselho Nacional de Concertação Social tem os seguintes órgãos:

- a) O Plenário;
- b) O Secretário-Geral.

Artigo 8.º

Plenário

1. Compete ao plenário o exercício das competências previstas no artigo 3.º cabendo-lhe ainda:

- a) Aprovar o programa anual de actividades e a proposta do orçamento anual;
- b) Aprovar o regulamento interno;
- c) Aprovar o relatório anual de actividade;
- d) Aprovar as actas das reuniões.

2. O Plenário é convocado pelo Presidente, o qual fixa também, a sua ordem de trabalhos, que é sempre dada a conhecer aos respectivos membros com antecedência mínima estabelecida no regulamento interno.

3. Por deliberação do Plenário e com o objectivo por este definido, poderão ser constituídas comissões especializadas, integrando, em igual número representantes do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores.

4. As partes podem fazer-se representar nas comissões especializadas previstas no número anterior, por técnicos por si designados, mas os trabalhos nelas desenvolvidos só poderão ser agendados em Plenário depois de admitidos para o efeito, pela maioria dos membros da comissão especializada.

Artigo 9.º

Secretário-Geral

1. O Secretário-Geral é nomeado pelo despacho do Primeiro Ministro.

2. Compete ao Secretário-Geral de acordo com a orientação do presidente, assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Concertação Social e em especial:

a) Organizar e acompanhar os trabalhos do Plenário e das comissões especializadas, incluindo o respectivo expediente de convocação, funcionamento e divulgação das deliberações;

b) Dirigir, coordenar e orientar os serviços de apoio técnico e administrativo, zelando pela legalidade dos actos administrativos e financeiros e pela gestão do património;

c) Assegurar a preparação de programa de actividades, da proposta do orçamento e do relatório anual de actividades;

d) Promover a cooperação com instituições públicas ou privadas ou com peritos independentes para a realização de estudos ou trabalhos especializados relacionados com o programa de actividades, e propor ao Plenário a sua realização quando envolvam pagamentos a terceiros.

3. O exercício de funções do Secretário-Geral pode ter lugar a tempo inteiro ou a tempo parcial.

4. Para os serviços de apoio técnico e administrativo do Conselho, podem ser requisitados ou destacados a tempo inteiro ou a tempo parcial, funcionários dos quadros da Administração Central do Estado.

Artigo 10.º

Reuniões

1. As reuniões são convocadas com antecedência mínima de três dias úteis.

2. As reuniões podem ser suspensas e retomadas sem quaisquer formalismos, sempre que a ordem de trabalhos não seja esgotada e se preveja a necessidade da sua continuação.

3. Das reuniões do Conselho Nacional de Concertação Social serão lavradas actas que serão distribuídas aos seus membros.

4. As reuniões do Conselho Nacional de Concertação Social não são abertas à comunicação social, sem prejuízo do Presidente, ouvidos os restantes membros, poder autorizar a divulgação, no final de cada reunião, de uma nota informativa da qual consiste, de forma sucinta, as matérias discutidas e os resultados da reunião.

5. As actividades do Conselho Nacional de Concertação Social constarão do relatório anual a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo anterior, o qual será tornado público.

Artigo 11.º

Deliberações

1. O Conselho Nacional de Concertação Social delibera apenas em sessão plenária, com a presença das três partes e de pelo menos dois terços dos seus membros.

2. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes, sendo, porém, necessário que pelo menos metade dos membros presentes das organizações de empregadores e de trabalhadores votem a favor.

3. A votação é nominal e não admite abstenção, podendo qualquer membro ditar para a acta o sentido do respectivo voto.

Artigo 12.º

Natureza excepcional das deliberações

1. As deliberações tomadas ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º vinculam todas as entidades, pessoas singulares ou colectivas, filiadas nas organizações subscritoras dos acordos de concertação social.

2. As condições alcançadas ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 3.º têm força jurídica vinculativa em relação às empresas e aos trabalhadores filiados nas associações sindicais e patronais que sejam membros das organizações com assento no Conselho nacional de Concertação Social, subscritoras dos textos de conciliação.

3. O Secretário-Geral deverá certificar ao serviço competente da Administração do Trabalho as deliberações referidas nos números anteriores, juntando os instrumentos acordados e subscritos pelas partes, para efeitos do depósito e dos demais termos relacionados com a entrada em vigor e a publicação.

Artigo 13.º

Meios para funcionamento

1. Os meios financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Nacional de Concertação Social serão inscritos no Orçamento Geral do Estado.

2. O Governo disponibilizará, enquanto não for viável dotar-se o Conselho de uma sede e de quadro de pessoal próprio, instalações adequadas ao normal funcionamento do Conselho Nacional de Concertação Social e proporcionará a este, nomeadamente nos termos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º, o pessoal administrativo e técnico que as circunstâncias requerem.

Artigo 14.º

Cooperação com Conselhos Homólogos

O Conselho Nacional de Concertação Social tem autonomia para estabelecer protocolos de cooperação com Conselhos estrangeiros com fins idênticos e similares, designadamente com os dos demais países de língua portuguesa.

Artigo 15.º

Disposição Transitória

1. A primeira designação dos membros a que se refere a alínea c) do artigo 5.º é feita pela direcção da Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de S. Tomé e Príncipe.

2. A primeira designação dos membros a que se refere a alínea d) do artigo 5.º é feita, respectivamente, pelas direcções nacionais da Organização Nacional dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe, e pela União Geral dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe, cabendo a cada uma a indigitação de metade daqueles membros.

3. As designações a que se referem os números anteriores são comunicadas ao Presidente do Conselho Nacional de Concertação Social nos quinze dias posteriores à notificação oficial que este deve dirigir para o efeito às organizações referenciadas nos números anteriores.

4. Da notificação oficial constará, também, a identificação dos membros do Governo que, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º têm assento no Conselho Nacional de Concertação Social.

5. A notificação oficial a que se refere o n.º 3 deste artigo é feita no prazo máximo de trinta dias a contar da data de entrada em vigor deste diploma.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor nos termos legais.

Assembleia Nacional, em S. Tomé, aos 15 de Dezembro de 1998. — O Presidente da Assembleia Nacional, *Francisco Fortunato Pires*.

Promulgada em 11 de Janeiro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, MIGUEL ANJOS DA CUNHA
LISBOA TROVADA.

Lei n.º 2/99

ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS CARGOS
POLÍTICOS REGIONAIS

A Lei n.º 1/97 que estabelece o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos alterou a equiparação que se vinha praticado com relação aos Membros dos órgãos do Poder Regional;

Verifica-se, por outro lado, que houve omissão na inclusão de alguns cargos do Regime Especial dos referidos órgãos;

Assim, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 86.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Remunerações do Presidente da Assembleia Regional

1 — O Presidente da Assembleia Regional do Príncipe percebe mensalmente o vencimento base correspondente a 65% do vencimento base do Presidente da República.

2 — O Presidente da Assembleia Regional do Príncipe tem direito a um abono mensal para as despesas de representação no valor correspondente a 65% do respectivo vencimento base, bem como outro de igual valor para as despesas de carácter reservado.

Artigo 2.º

Remunerações do Presidente do Governo Regional

1 — O Presidente do Governo Regional do Príncipe percebe mensalmente o vencimento base correspondente a 65% do vencimento base do Presidente da República.

2 — O Presidente do Governo Regional do Príncipe tem direito a um abono mensal para as despesas de representação no valor correspondente a 65% do respectivo vencimento base, bem como outro de igual valor para as despesas de carácter reservado.

Artigo 3.º

Remunerações dos Secretários do Governo Regional

1 — Os Secretários do Governo Regional do Príncipe percebem mensalmente o vencimento base correspondente a 55% do vencimento base do Presidente da República.

2 — Os Secretários do Governo Regional do Príncipe têm direito a um abono mensal para as despesas de representação no valor correspondente a 55% do respectivo vencimento base, bem como outro de igual valor para as despesas de carácter reservado.

Artigo 4.º

Remunerações do Secretário Permanente da
Assembleia Regional

1 — O Secretário Permanente da Assembleia Regional do Príncipe percebe mensalmente o vencimento base correspondente a 40% do vencimento base do Presidente da República.

2 — O Secretário Permanente da Assembleia Regional do Príncipe tem direito a um abono mensal para as despesas de representação no valor correspondente a 40% do respectivo vencimento base, bem como outro de igual valor para as despesas de carácter reservado.